



---

## **RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000478-86.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Concórdia

### **ATIVIDADE CORREICIONAL**

### **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 8/2015 - CGJ

Período da correição: de 27 de abril a 26 de junho de 2015

### **EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Analista Jurídica: Cristiane Bernadete de Souza



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Concórdia.

Unidade: 1ª Vara Cível.

Municípios integrantes: Concórdia, Irani, Peritiba, Presidente Castello Branco e Alto Bela Vista.

Juiz titular: Roque Lopedote.

Chefe de cartório: Mirta Licks Devenzi.

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 6-3-2013 a 15-4-2013 (Autos n. 0010303-25.2013.8.24.0600).

Competência: Resolução n. 41/2010-TJ: "[...] Art. 4º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia: I - processar e julgar as ações: a) cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); e b) relativas aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível. [...] Art. 6º As ações cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), as cartas precatórias e as cartas de ordem cíveis, cuja competência para o processamento e julgamento não seja privativa, serão distribuídas igualmente entre as 1ª e 2ª Varas Cíveis da comarca de Concórdia.[...]".

Entrância: final.

Data da instalação/lei de criação: 26-1-1935 / Decreto 697, de 5-11-1935.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

Indicador		Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.786
1.1.2	Processos em andamento	2.543	
1.1.3	Procedimentos em andamento	243	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		135
1ª Vara Cível			
Cível – Genérico - Processo			
1.1.4.1	Ag. Encerramento do Ato	52	
1.1.4.2	BacenJud – Ag. Transferência	1	
Processo Físico - Processo			
1.1.4.3	Ag. Impressão - Vara	8	
Juizado Especial Cível			
Execução Fiscal - Processo			
1.1.4.4	Excepcional	1	
Juizado Especial Cível - Processo			
1.1.4.5	Ag. Análise do Cartório	3	
1.1.4.6	Ag. Encerramento do Ato	46	
1.1.4.7	Ag. Prazo	2	
1.1.4.8	Concluso para Sentença	5	
1.1.4.9	Intimação por telefone	14	
1.1.4.10	Recebido do Juiz - Despacho	3	
Indicador		Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
		40	0
1ª Vara Cível			
1.1.5.1	Ministério Público	13	0
1.1.5.2	Contadoria	24	0
Juizado Especial Cível			
1.4.5.3	Contadoria	3	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 10-9-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em setembro de 2014.			



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	7.328
1.2.2	Processos em andamento	7.071
1.2.3	Procedimentos em andamento	257
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	143
1.2.5	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015.  
b) Os processos do juizado especial cível encontram-se em separado no SAJ. Nos relatórios que seguem foram computados todos os processos de competência da unidade.

### PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	656
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	179 0
1.2.8	Distribuição	8 0
1.2.9	Juízes (Daniel Lisboa Mendonça e Roque Lopedote)	137 27
1.2.10	Ministério Público	5 0
1.2.11	Serviço Social	
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.12	Advogado	291 33
1.2.13	Leiloeiro	1
1.2.14	Perito	35 4
1.2.15	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015.

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.16	Quantidade total de processos com o juiz	85	137	222

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensa
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2013	4.212	351
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	3.729	311
1.2.19	Janeiro a agosto de 2015	2.492	311
1.2.20	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	0	35
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		1	3
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		4	17
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	1
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		17	12
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		9	4
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		16	11
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 22-4-2015. b) Segunda verificação em 9-9-2015. b.1) Item 1.3.2: os 3 registros encontrados são novos. b.2) Item 1.3.3: os 17 registros encontrados são novos. b.3) Item 1.3.5: dos 12 registros encontrados, 5 são antigos. b.4) Item 1.3.6: dos 4 registros, 2 são antigos. b.5) Item 1.3.7: dos 11 registros encontrados, 7 são antigos. c) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	74	2	49	15
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	507	309	449	163
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	116	8	48	3
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	161	114	126	89
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	126	66	83	18
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	1.080	337	782	209
1.3.11.8	Cartório - arquivar	182	89	43	40
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	52	4	84	3
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	17	4	35	1
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	1	0	9	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	309	181	174	22
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	342	79	164	77
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	18	1	7	1
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	11	3	3	3
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	565	303	581	159
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	1	0	1	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 22-4-2015.				
	b) Segunda verificação em 11-9-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	10	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica





1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	2.671	785
	Petição intermediária		343	38
	Peticionamento eletrônico		29	2
	Mandados		4	0
	AR		27	25
	Execução de sentença		0	0
	Incidente processual		8	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		401	11
	Pauta de audiências		6	5
	Carga		73	4
	Cartas recebidas		4	0
	Processo		658	0
	Recurso		1	0
	Usuário	1.117	700	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		1.961	1.335
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		Não se aplica	Não se aplica
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		8	0
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 23-4-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 1.961 processos, 1.566 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 395 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 9-9-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 1.335 processos, 1.267 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 68 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



### 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	-	1.034
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		0	151
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		-	0
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		-	0
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		75	74
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 23-4-2015.</p> <p>a.1) Item 1.5.1: não é possível extrair o relatório.</p> <p>a.2) Item 1.5.2: até a edição da nova fórmula de cálculo, a consulta não abrange os processos distribuídos no ano de 2011. Embora a meta estabelecida pelo CNJ esteja cumprida, em relação à competência "1ª Vara Cível" há ainda 76 processos pendentes de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010. Em relação à competência "Juizado Especial Cível", há ainda 1 processo pendente de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010.</p> <p>a.3) Itens 1.5.3 e 1.5.4: não é possível a extração dos referidos relatórios.</p> <p>a.4) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 10-9-2015.</p> <p>b.1) Item 1.5.5: O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 23-4-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): em relação à competência "1ª Vara Cível", a última atualização foi em 10-4-2013. Em relação à competência "Juizado Especial Cível", a última atualização foi em 11-6-2012. b) Segunda verificação em 9-9-2015. b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): em relação à competência "1ª Vara Cível", a última atualização foi em 10-4-2013. Em relação à competência "Juizado Especial Cível", a última atualização foi em 11-6-2012.		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 17 de setembro de 2015.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídico - M14829